



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO _____/2019

(Do Sr. Helder Salomão)

Requer realização de audiência pública
em alusão ao Dia da Consciência Negra.

Requer, com base no art. 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública em alusão ao Dia da Consciência Negra, tendo como sugestão de convidados representantes das seguintes instituições:

1. Coalizão Negra por Direitos
2. Defensoria Pública da União
3. Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal
4. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
5. Rede de Lésbicas e Bissexuais Negras
6. Rede Justiça Criminal

JUSITIFICATIVA

De acordo com o Atlas da Violência, entre 2016 e 2017, o número de pessoas assassinadas com armas de fogo cresceu 6,8%. O ano de 2017 bateu uma marca inédita de 65.602 mil pessoas sendo mortas, e 72,4% (47.510 mil) por tiros. 75,5% das vítimas de assassinato em 2017 eram indivíduos negros. A taxa de homicídios de negros (pretos e pardos) por grupo de 100 mil habitantes foi de 43,1, ao passo que a de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. Os dados mostram uma piora da situação uma vez que, em 2016, 71,5% dos assassinados no Brasil eram negros.

Enquanto candidato, o atual Presidente da República nunca escondeu a sua contrariedade à política de cotas e a incompreensão sobre o significado de políticas afirmativas e de reparação, tratando o tema inclusive



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

com deboche. Indagado se a política de cotas não seria uma resposta à dívida histórica do Brasil com os afrodescendentes, derivada do tempo da escravidão: "Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida".

O desmantelamento do Estado e as reformas liberais propostas pelo governo, como a reforma da previdência, têm impacto direto sobre a vida da população negra. As alterações nas regras de aposentadoria e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) vão prejudicar sobretudo a população negra, pobre e periférica, já excluída socialmente, e que sobrevive sem direitos, por meio de trabalhos precários e informais. A "Nova Previdência", a reforma trabalhista e as novas regras da terceirização contribuem para a desestruturação e a precarização do mundo do trabalho. Com a proposta de idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, grande parte dos negros não vai conseguir cumprir essa exigência. Além de entrarem mais cedo no mercado de trabalho, os negros recebem os menores salários e ficam mais tempo na informalidade, o que dificulta o acesso à aposentadoria.

Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, a taxa de desemprego entre os que se declararam brancos (10,2%) ficou abaixo da média nacional (12,7%) no primeiro trimestre deste ano. Enquanto isso, as taxas entre pretos (16%) e pardos (14,5%). Isto é, o governo não apenas não vem conseguindo gerar empregos, como agrava ainda mais a situação de uma população mais vulnerável a crises econômicas.

Para debater esses e outros temas é que se solicita esta audiência pública.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2019.

Deputado Helder Salomão
PT/ES